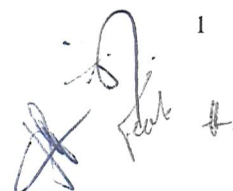




CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Ata da 31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente	
Local:	PCR - 5º andar (Sala de Reunião do Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira - ICPS)
Data/Horário:	06 de julho de 2023 / 9h50 às 11h55
Pauta:	1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Regulamentação dos instrumentos Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Cota de Solidariedade: debate sobre a minuta de projeto de lei pré audiência pública; 3. Planejamento preliminar das oficinas sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei de Parcelamento; 4. Informes; 5. Encaminhamentos.
Conselheiros PRESENTES integrantes da Câmara Técnica: 1. Bruno Lima - suplente MDU/UFPE 2. Emília Avelino - titular SEPUL/PCR 3. Felipe Curi - suplente SEHAB 4. Jefferson Rodrigues Maciel - suplente SMAS 5. Mariana Asfora - titular SEPUL/ICPS; José Fernandes - suplente; 6. Paulo André - OLMP/PE 7. Sandro Guedes - suplente ADEMI/PE	
Conselheiros AUSENTES integrantes da Câmara Técnica: 1. João José - titular MLPC/PE 2. Ronaldo Coelho Filho - titular HABITAT	
Convidados e técnicos da PCR presentes 1. Andrea Jar (Assessora Técnica SEPUL) 2. Carla Eduarda (MNLM) 3. Jéssica Cunha (ICPS/SEPUL) 4. Maria Aparecida Sampaio (Secretaria Executiva Concidade) 5. Mônica Loreto (Secretaria Executiva Concidade) 6. Tarciana Medeiros (Secretaria Executiva Concidade)	
Coordenação da Câmara Técnica: Mariana Asfora de Medeiros (Titular) / José Fernandes Alves de Carvalho Júnior (Suplente)	



1



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Confirmado o quórum às 9h50min, **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** deu boas-vindas aos conselheiros (as) e fez a leitura da pauta: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Regulamentação dos instrumentos Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Cota de Solidariedade: debate sobre a minuta de projeto de lei pré audiência pública; 3. Planejamento preliminar das oficinas sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei de Parcelamento (LUOS); 4. Informes; e 5. Encaminhamentos. Em seguida passou para aprovação da Ata da reunião anterior e perguntou se haveria alguma correção ou observação. Como não houve questionamentos, a ata foi aprovada. Também ressaltou sobre o novo formato da Ata sugerida pela atual gestão da Secretaria Executiva. Em seguida **Andrea Jar (SEPUL)** falou sobre a questão dos ausentes e garantiu que as próximas mobilizações serão mais incisivas garantindo a participação ampla para o debate democrático. Explicou que atualmente a mobilização é feita por e-mail, WhatsApp e ligações; mas que posteriormente seremos mais incisivos para sensibilizar a participação. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** iniciou o segundo tópico da pauta compartilhando uma apresentação explicando o objetivo do EIV: “Documento que apresenta o conjunto de estudos e informações técnicos relativos à identificação, avaliação e definição de medidas de adequação dos impactos urbanísticos e ambientais de significativa repercussão ou interferência na vizinhança, para subsídio ao licenciamento da implantação, instalação ou ampliação de um empreendimento de impacto”. Também explicou sobre a Cota de Solidariedade, que foi instrumento incorporado ao Plano Diretor quando estava tramitando na Câmara de Vereadores, e “Consiste em exigência, para conclusão de empreendimentos imobiliários de grande porte ou implantação de planos e projetos urbanísticos pelo próprio promotor, de: produção de Habitação de Interesse Social; ou doação de terrenos para produção de HIS; ou doação de recursos ao Município para fins de produção de HIS e equipamentos públicos sociais complementares à moradia”. Também apresentou os instrumentos urbanísticos que já foram regulamentados: Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo (IPTU-P), Desapropriação com Pagamentos da Dívida Pública, Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e Transferência do Direito de Construir (TDC). Relembrou o início dos debates sobre o EIV, que foi apresentado e aprovado no CONCIDADE em 2018, mas que não seguiu para a Câmara de Vereadores porque na mesma época iniciou a revisão do Plano Diretor. Então, ficou acordado que o documento aprovado deveria ser atualizado e adaptado ao novo Plano Diretor. Também trouxe um panorama das legislações urbanísticas LPUOS/POT (2018/2019) explicando a ideia de desmembrar o EIV, onde o enquadramento do empreendimento de impacto ficaria para as discussões da PLUOS, sendo esse desmembramento com vistas a melhoria do ambiente de negócios através do licenciamento eletrônico; e também na tentativa de reduzir a alta demanda de etapas exigidas para um Empreendimento de Impacto. Essa atualização considera também as legislações urbanísticas e ambientais que estão sendo renovadas. Então, ficaria desmembrada a parte de estudos e procedimentos para aprovação e também a questão do enquadramento, que muda na posterior revisão da LUOS, mas que fica valendo o enquadramento da LUOS e ARU vigente. Também esclareceu sobre as demais categorias de empreendimentos com relação às suas interferências no entorno: APGI (Memorial descritivo de atividade), uso de interferência no tráfego (que se co-relaciona com o Plano de Mobilidade) e o próprio EIV. Explicou que o EIV é uma substituição do OPEI e que é feito previamente antes da aprovação do projeto. Falou um pouco sobre a abertura de análise de projetos e também sobre o conteúdo do EIV, que é mais sobre o impacto do que características



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

do projeto: caracterização do empreendimento, da vizinhança, dos possíveis impactos, das medidas de adequação dos impactos e um capítulo de síntese, com ênfase nas conclusões, e linguagem acessível à comunidade em geral. Argumentou que com a aprovação da lei, se espera tecnicamente da Prefeitura a realização do processo de análise do EIV de forma integrada, onde cada área verifica sua competência. A previsão é que se tenha um processo amadurecido, possibilitando um documento único, que também sirva para aprovação da parte ambiental, respeitando os ritos específicos de meio ambiente nos processos urbanísticos. **Sandro Guedes (AMEDI/PE)** perguntou sobre o item de análise de infraestrutura que é feito pelas concessionárias e que atualmente é apresentada uma carta de viabilidade, sendo a mesma o parecer referido na lei? **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** explicou que é o mesmo documento e que será integrado. Explicou que no caso de CIS e ZEIS a área de saneamento poderá fazer um parecer específico. Retomou a apresentação explicando que os documentos do EIV e seu processo de análise ficarão disponibilizados no portal da Prefeitura; e também sobre a participação da população através da realização de audiência pública. Reforçou sobre as medidas mitigadoras e compensatórias, onde o Poder Executivo, com base no EIV, poderá condicionar a aprovação do empreendimento à execução de medidas mitigadoras e compensatórias, às expensas do empreendedor, para eliminar ou minimizar impactos negativos que venham a ser identificados. Também apresentou vários exemplos de medidas que podem ser adotadas. Além disso o Empreendimento de Impacto também poderá contribuir para produção de habitação de interesse social, que tem a proposta inicial através da Cota de Solidariedade, equivalente a 5% da área construída, sendo minutada na lei as seguintes alternativas: I - produção de unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) e/ou de equipamentos públicos sociais complementares à moradia no mesmo terreno do empreendimento, em sua área de vizinhança ou em outra área da cidade, equivalente, no mínimo, a 5% (cinco por cento) da área construída do empreendimento, ou; II - doação de terreno para a produção de unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) e/ou de equipamentos públicos sociais complementares à moradia equivalente a, no mínimo, a 5% (cinco por cento) da área do terreno do empreendimento, ou; III - depósito de valor financeiro no Fundo de Habitação de Interesse Social equivalente a, no mínimo, a 5% (cinco por cento) do valor do terreno do empreendimento. Desse modo, a modalidade que o empreendedor escolher da Cota, deverá ter anuência da Secretaria de Habitação (SEHAB) para atender critérios estabelecidos na política local de habitação de interesse social. Em seguida, apresentou também o cronograma de debate para convocação de Audiência Pública, consulta pública, reuniões da Câmara Técnica e de Plenária do Concidade. **Andrea Jar (SEPUL)** perguntou se poderia haver mais uma reunião da Câmara Técnica com mais pessoas para que tenham maior conhecimento sobre a matéria, que é tão importante para a cidade. Se comprometeu em sensibilizar os demais participantes para virem e dar sua contribuição. Sugere também fazer a reunião no formato híbrido para possibilitar maior participação dos movimentos sociais. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** também solicitou que a Câmara Técnica possa participar do processo de sistematização das contribuições após a audiência pública, que não seja apenas apresentado pela Prefeitura. Nesse momento houve debate sobre a participação dos movimentos e **Tarciana Medeiros (Sec. CONCIDADE)** esclareceu que durante a mobilização que é feita para a realização das reuniões existem representações que já sinalizaram não ter interesse em fazer parte do CONCIDADE, a exemplo do HABITAT. Contudo, elas não formalizam e acabam prejudicando o debate no que se diz respeito à participação e discussão das matérias, bem como no quórum de reuniões. **Felipe**



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Curi (SEHAB) entendeu que a preocupação de Andrea Jar é pertinente, pois defende que quanto maior a participação é melhor para o processo. Explicou que o problema também é sobre a questão da pauta, onde a pessoa se coloca mais à disposição a depender do assunto. Contudo, entende que o espaço da Câmara Técnica não vence a preocupação relatada, só se for ampliada em outros espaços. **Prof. Bruno Lima (UFPE)** também reforçou a questão da viabilidade de possibilitar a participação, sendo importante entender a causa das ausências, se é uma dificuldade de mobilidade, se é adesão a pauta mais abstrata que não tenha ligação direta com a luta cotidiana. Também reforçou a possibilidade da reunião ser em formato híbrido. **Felipe Curi (SEHAB)** explicou que a pauta sobre Cota de Solidariedade corresponde ao interesse dos movimentos sociais que estão representados na Câmara, pois envolve o tema da habitação, mas se preocupa porque ainda não há o envolvimento considerável. Reforçou que se as informações fossem claras e objetivas, poderiam gerar um interesse maior de participação. **Andrea Jar (SEPUL)** aproveitou também para registrar sobre a linguagem jurídica, mais especificamente nos Artigos 6º e 9º, para que seja apresentada, de alguma forma, uma redação acessível e de fácil entendimento. **Felipe Curi (SEHAB)** também reforçou esse aspecto e citou o que foi registrado na ata da reunião anterior por Profa. Danielle Rocha (UFPE) sobre a formatação da apresentação do EIV, que precisa ter uma linguagem mais clara e acessível para os movimentos sociais, onde sugeriu fazer uma cartilha e colocou a Universidade à disposição para ajudar nessa construção. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** ratificou que o EIV é um documento técnico, e que mesmo arquitetos e engenheiros terão dificuldades para entender. É um documento difícil e extenso. E sugere que seja elaborado um resumo, onde se possa pontuar os principais pontos, o que interfere na vida das pessoas, o que vai ser feito para que esse empreendimento não interfira e/ou se interferir quais seriam as mitigações, sendo numa linguagem acessível em formato de resumo. **Andrea Jar (SEPUL)** sugeriu que dentro da Câmara Técnica seja formada uma comissão para tratar a questão da linguagem e em conjunto elaborar um texto de fácil leitura. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** também reforçou que os espaços estabelecidos na legislação como as audiências públicas, também será um momento para que as pessoas que não tem o conhecimento técnico poderão tirar suas dúvidas para que haja interação entre quem está propondo o empreendimento, a Prefeitura que está analisando e a população que será impactada. Compreendeu também que a forma como está proposta já é uma evolução do que se tem hoje, de ser apenas um documento técnico, pois já se tem a possibilidade das audiências e a proposição de resumos. **Prof. Bruno Lima (UFPE)** reforçou que a Câmara é uma representação de segmentos da sociedade e a audiência pública tem um outro propósito de ser uma voz mais ampla da sociedade. A ausência na Câmara fragiliza a participação no processo e tem uma relação que precisa ser ponderada no que diz respeito ao acesso das participações, pois a maioria é funcionário da Prefeitura, ele por sua vez é funcionário da Universidade. Preocupou-se de como poderia mitigar essas ausências: o formato híbrido seria uma possibilidade? Precisamos buscar formas para sermos mais equânimes e promover espaços e condições para que as pessoas possam participar. Contudo, a audiência não substitui as discussões da Câmara. São espaços diferentes. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** lembrou que algumas representações do setor produtivo também não tem participado e que pode ser em relação ao interesse e/ou o entendimento da pauta. É necessário conscientizar as organizações sobre as indicações dos representantes para que tenham o compromisso. Concordou com a fala anterior que nem todo mundo tem as mesmas estruturas para estarem presentes, pois são representações com realidades e mecanismos



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

com níveis diferentes. Lembrou que a pandemia mudou muita coisa, que anteriormente uma reunião dessas estaria lotada e relatou que está fazendo uma articulação junto a seu próprio segmento para gerar essa conscientização e compromisso. **Emília Avelino (SEPUL)** lembrou que além da pauta vigente (EIV) a próxima será a Lei de Uso e Ocupação do Solo, onde será fundamental a ampliação e efetivação da participação e sugeriu fazer mais uma reunião híbrida da Câmara Técnica. **Paulo André (OLMP/PE)** reforçou que realmente é necessário estimular a participação, conversando com as instituições para saber se ainda tem interesse. Diz que é importante entender que não é falta de compromisso, pois os movimentos que não são remunerados, entende que é um trabalho voluntário, mas que é importante para a cidade. Solicita a flexibilidade de horário para reuniões serem feitas à tarde, para que as agendas sejam adequadas, pois muitos trabalham pela manhã. Também reconheceu que existem pautas relevantes que às vezes dificultam a participação. **Andrea Jar (SEPUL)** explica que a maior preocupação é justamente com a presença dos movimentos e em relação às dificuldades existentes para participação, entretanto a sugestão também é para que as reuniões sejam realizadas em formato híbrido, pois os representantes da sociedade civil que não pudessem participar presencialmente, participaram virtualmente. Também explicou que a sugestão para fazer híbrida seria em virtude do auditório da SEPUL (12º andar PCR) estar em reforma, o que tem dificultado algumas reuniões presenciais. A proposição é fazer mais uma reunião em formato híbrido antes da convocação da audiência pública para disponibilizar a participação de outras pessoas que possam estar contribuindo, que é fundamental para uma gestão democrática para escuta da população. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** reforçou sobre o comprometimento de cada segmento que compõe o CONCIDADE em mobilizar seu público para participarem da audiência pública; e também sobre a questão dos conselheiros da Câmara Técnica participarem do processo de sistematização das contribuições após a audiência, como falou anteriormente. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** explicou que a audiência pública cumpre o papel da ampla participação da sociedade e se comprometeu em fazer uma apresentação do EIV com linguagem mais acessível, bem como de se reunir enquanto Câmara Técnica com o material bruto das contribuições e outra para fechar a sistematização. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** também reforçou o cuidado na análise da minuta do EIV, para que todos os participantes leiam o conteúdo com antecedência com vistas a um debate produtivo e objetivo. Exemplificou os novos projetos que estão surgindo no momento, em virtude das mudanças do Plano Diretor, que tem incentivado a ocupação dos grandes corredores e a reocupação do centro da cidade, tem surgido empreendimentos que não são de alto padrão, são produtos mais acessíveis que há mais de 30 anos não são ofertados e como são produtos de escalas maiores por serem em corredores, eles viram empreendimentos de impacto, ou seja, não são apenas projetos como o Moinho Recife e o Novo Recife que serão impactados, mas também os produtos do dia a dia da população. Produtos que há décadas eram demandados, mas não tinham um ambiente favorável e agora tem por causa do Plano Diretor e da regulamentação dos instrumentos urbanísticos como o IPTU Progressivo, esses produtos tem sido viabilizados, mas é necessário cuidado pois possivelmente eles também serão classificados como sendo de impacto. Portanto, requisitou mais uma vez o cuidado na análise da minuta do EIV. **Emília Avelino (SEPUL/PCR)** reforçou que a discussão de EIV não vai afetar apenas as grandes construtoras que fazem empreendimentos de impacto, mas também a própria sociedade. Esclareceu ainda que há um entendimento do assunto ser algo distante da realidade, mas ressaltou que havendo o impacto positivo



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

e/ou negativo afeta diretamente a população e seu entorno. **Felipe Curi (SEHAB)** solicitou que fosse apresentado novamente o conteúdo da Cota de Solidariedade, para Paulo André que chegou posteriormente. Assim foi feito e resumidamente explicou-se o objetivo da Cota para o referido conselheiro. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** esclareceu ainda que na minuta do EIV tem o dispositivo legal estabelecendo que o empreendimento classificado no Programa Minha Casa, Minha Vida não precisará entrar na Cota de Solidariedade pois já entende-se que ele atende a necessidade. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** defendeu que a primeira opção (inciso I) pode ser um dos caminhos para efetivação da Cota, caso aconteça o subsídio complementar como em São Paulo, para produção de unidades de diferentes faixas no mesmo empreendimento. Alertou que a Prefeitura e o Governo do Estado devem alinhar bem essa proposta. **Felipe Curi (SEHAB)** reforça que conceitualmente é interessante porque coloca-se dois segmentos para conviver no mesmo terreno do empreendimento. **Prof. Bruno Lima (UFPE)** reforça que esse formato é o cerne da proposta da Cota que é justamente a proximidade. Inclusive, ainda no Inciso I quando fala de “em sua área de vizinhança ou em outra área da cidade”, essa proposta foge do real objetivo da Cota, que esbarra em outras problemáticas que a própria cidade do Recife tem. **Felipe Curi (SEHAB)** reforçou sobre a questão do cheque moradia (que é o subsídio complementar comentado por Sandro Guedes - ADEMI/PE) pois o valor está abaixo do esperado, uma vez que houve aumento no valor das unidades habitacionais do Fundo de Habitação. A convidada **Carla Eduarda (MNLN - Convidada)** que acompanha o conselheiro **Paulo André (OLMP/PE)** esclareceu sobre a realidade de São Paulo em relação ao cheque moradia, onde nem sempre se consegue um terreno público numa área que atenda a certas demandas. Explicou que o cheque é uma contrapartida para a aquisição do imóvel, onde o governo federal assume o investimento da obra, o que não onera as famílias. **Felipe Curi (SEHAB)** reforça que caso se consiga evoluir no debate do cheque moradia de R\$ 20.000,00, facilitaria também o debate dos 5% pois o valor seria para uso do fundo. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** diz que a grande questão não é a parcela, mas a entrada que o valor é maior e eles não conseguem arcar. **Felipe Curi (SEHAB)** informou que já tem um público inicial de reserva com 7.800 famílias que vivem de moradia e a questão da locação social já tem previsibilidades de bons prédios. Sendo em duas modalidades: aluguel e venda. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** reforçou que a crítica do segmento é em relação aos 5%, que influencia nos custos que serão repassados para o cidadão. Lembrou que já existe a outorga onerosa, pois os ciclos são longos entre pesquisar o terreno até construir, e fica ruim ficar onerando através de leis que duram dois ciclos, por exemplo, que interfere nos valores devido a esse desarranjos, pois precisam ser graduais para não prejudicar a construção civil. O mercado é cíclico, as legislações mudam e a adaptação demora. **Paulo André (OLMP/PE)** pergunta sobre os projetos de cunho social. Mas, foi explicado que esse mecanismo é só para empreendimento de impacto, que não seja de habitação de interesse social. **Prof. Bruno Lima (UFPE)** explica que a cota de solidariedade não é apenas para garantir números de unidades, mas sim para garantir um conceito de habitabilidade. Mas, também a possibilidade de favorecer estar mais próximo ao trabalho para não passar muito tempo no transporte. O próximo desafio é habitar o que já está construído, que tem um estoque ocioso no centro, que tem possibilidade de ser habitado.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

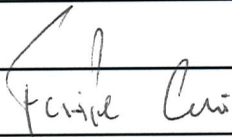
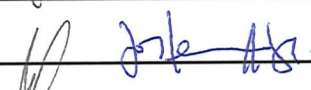
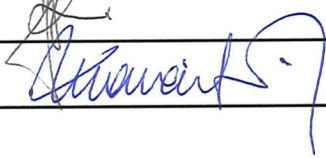
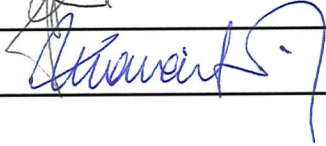
Carla Eduarda (MNLM - Convidada) exemplifica experiência Retrofit em São Paulo, que era um prédio do INSS que foi doado ao movimento. Reforça que além de tratar a questão da moradia, também tem a geração de renda através do restaurante popular que funciona no mesmo prédio. Reforça trabalhar a transversalidade das políticas de moradia, em relação ao apoio social dessas moradias e também a proximidade com o centro, em relação ao potencial pólo gerador de renda. A Prefeitura pode fazer da mesma forma através do Fundo de Habitação. **Felipe Curi (SEHAB)** afirmou que o exemplo é conceitualmente interessante, contudo é importante ter cuidado para não se tornar um mercado paralelo. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** retoma a programação da Audiência, seguindo para a Consulta Pública e as informações de identificação do formulário. Inicia a apresentação à partir do ponto de pauta 3, sobre a LUOS e relembra o que já foi discutido do POT. Relembra que existe uma minuta pública da LUOS de 2019, que tem evoluído nos debates internos, mas é necessário retomar os debates públicos. Informou que todas as legislações regulamentadas estão sendo publicadas no site do Plano Diretor. Explicou que tudo que o Plano Diretor colocou em formato de diretriz e intensões, onde a LUOS apresenta tudo em formato de parâmetro e números para que seja identificado nos projetos que forem aprovados. Em relação as oficinas de nivelamento, a proposta é para refrescar o conteúdo devido a reabertura para esse processo de debate. **Mariana Asfora (SEPUL/ICPS)** explicou que o ideal é realizar o debate público em formato de seminário, para que os assuntos sejam discutidos precisamente sem ser prolongado, pois são assuntos que se retroalimentam como por exemplo classificação de uso e parâmetro de ocupação, que precisam ser discutidos em conjunto. E também para que de forma efetiva possa ser entendido toda complexidade que envolve revisar esse tipo de legislação. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** apresentou um cronograma detalhando todo o processo participativo dos debates da LUOS. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** solicitou que a minuta preliminar que será apresentada nos Seminários, seja pauta de reunião da Câmara Técnica para que os segmentos possam ter conhecimento antes e poderem participar e contribuir de forma produtiva e eficaz. **José Fernandes (SEPUL/ICPS)** concluiu e procedeu com os encaminhamentos e finalização da reunião às 11h55min.

Deliberações, encaminhamento e informes	• Aprovação da ata da 30ª reunião; • Sugestão da próxima para o dia 19/07 às 14h30; • Realizar a próxima reunião em formato híbrido; • Pautas para a próxima reunião: 1) continuidade do debate sobre a regulamentação do EIV e da Cota de Solidariedade, e 2) planejamento das oficinas e seminários da revisão da lei de parcelamento e da LUOS; • Apresentar minuta da LUOS em uma reunião da CT antes da realização dos Seminários.
Responsável pela elaboração da Ata: Tarciana Cecília Medeiros Lopes	



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

31ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Conselheiros PRESENTES	
NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Bruno Lima - suplente MDU/UFPE	
Emília Avelino (SEPUL/PCR – Titular)	
Felipe Curi - suplente SEHAB	
José Fernandes (SEPUL/ICPS – Suplente)	
Jefferson Rodrigues Maciel (suplente SMAS)	
Mariana Asfora (SEPUL/ICPS – Titular)	
Paulo André (OLMP/PE - Suplente)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE – Suplente)	